

## UM ESTUDO COMPARADO SOBRE OS CONTEXTOS EMERGENTES INTER-RELACIONADOS AOS CURSOS DE LICENCIATURA NO BRASIL

Marilene Gabriel Dalla Corte - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)  
marilenedallacorte@gmail.com

Marília Costa Morosini - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)  
marilia.morosini@pucls.br

Marina Lara Silva dos Santos Teixeira - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)  
marinalaraobeduc@gmail.com

Gabriela Barichello de Mello - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)  
gabizinhobarichello97@gmail.com

O texto apresenta um estudo comparado decorrente do projeto de pesquisa “Impactos das Políticas de Formação de Professores em Contextos Emergentes”, desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Gestão Educacional – GESTAR/CNPq. O projeto aborda, de maneira geral, os impactos das políticas de formação inicial e continuada nos cursos de licenciaturas em inter-relação com contextos emergentes e a qualidade da educação superior. Sendo assim, este trabalho objetiva, na perspectiva comparada, reconhecer e compreender os contextos emergentes que configuram a relação educação superior e a qualidade dos cursos de licenciatura no Brasil. Trata-se de um estudo comparado com base em uma pesquisa do estado do conhecimento, realizada junto a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), disponível em <<http://www.ibict.br>>, com publicações no período de 2011 a 2015 relacionadas a temática em discussão. Buscou-se priorizar na seleção, leitura flutuante e categorização das tendências e contribuições dos estudos à educação superior em interlocução com a expansão, internacionalização, diversidade e diversificação, bem como qualidade na formação de professores, em busca de configuração dos contextos emergentes nos cursos de licenciatura no Brasil. Conclui-se que os trabalhos encontrados e selecionados, apresentam elementos que caracterizam o cenário da educação superior no Brasil e o que tem se configurado emergente na perspectiva dos cursos de licenciatura, bem como o que se constitui qualidade em tais contextos. Também, está pontual que nas produções científicas analisadas a terminologia “contextos emergentes” ainda é pouco discutida, mas estão intimamente relacionados a elementos que interferem na produção de políticas educacionais, bem como são decorrentes de tais políticas e se descortinam em ações de governo e/ou institucionais e na organização interna dos respectivos cursos de licenciatura em diferentes instâncias públicas e privadas.

**Palavras-chave:** Contextos Emergentes. Cursos de Licenciatura. Educação Superior.

### Introdução

Ao longo do século XX e início do século XXI, as políticas públicas para a Educação Básica e Superior no Brasil passaram por [re]estruturações de pequenas a grandes proporções. Tais perspectivas imbricadas ao aumento populacional, ao desenvolvimento e o crescimento econômico no país, condicionados a fatores tais como urbanização, industrialização e

formação tem sido preocupação constante nas pesquisas e debates, especialmente no que tange a universalização do acesso e aos aspectos constitutivos à formação e atuação docente de qualidade. Também, o processo de internacionalização das políticas educacionais e a realidade que envolve a formação e valorização de professores no Brasil estão intimamente interligados (Azevedo; Catani, 2013).

Além da perspectiva normativa para atendimento às metas mundiais para a educação superior, outros marcos importantes foram delineando os encaminhamentos realizados pela União, para atender as especificidades e necessidades das redes e sistemas de ensino, articulando as Instituições de Ensino Superior, por adesão dos estados, municípios e Distrito Federal. Tais perspectivas implicaram no surgimento de uma nova conjuntura para a Educação Superior e, conseqüentemente, novas demandas para a universidade que, diretamente, influencia e se deixa influenciar pelo campo das políticas públicas educacionais no Brasil entre outras realidades mundiais. Essa realidade multifacetada passou denominar-se contexto emergente e requer uma nova pedagogia universitária.

Verifica-se a existência de um paradigma educacional que vem [re]articulando novos rumos e, conseqüentemente, novos processos de gestão de Cursos e Programas na Universidade. Para tanto, no redimensionamento desse cenário prioriza-se compreender quais as políticas e as ações desenvolvidas na interlocução entre educação superior e básica – no âmbito global/nacional/local, sob o viés da qualidade da formação e atuação profissional, delineiam e desencadeiam contextos emergentes.

Sendo assim, os estudos oriundos do projeto de pesquisa intitulado “*Impactos das políticas de formação de professores em contextos emergentes*”, desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Gestão educacional - GESTAR/CNPq, tem o intuito de analisar os impactos das políticas de formação inicial e continuada nos cursos de licenciaturas (presencial e a distância) da Universidade Federal de Santa Maria em inter-relação com contextos emergentes e a qualidade da educação superior.

Para tanto, este trabalho objetiva, na perspectiva comparada, reconhecer e compreender os contextos emergentes que configuram a relação educação superior e a qualidade dos cursos de licenciatura no Brasil.

A metodologia desta investigação está embasada em um estudo comparado com conotação do estado de conhecimento (Morosini, 2015), no sentido de abarcar a revisão de literatura com aprofundamentos de leitura e estudos em produções científicas junto ao banco de teses da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD do IBICT, no período de 2011 a 2015. O estado do conhecimento configura-se uma pesquisa

que, segundo Ferreira (2002), prioriza o desafio de mapear e de discutir produções acadêmicas em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos vem sendo abordados e destacados em múltiplos tempos e espaços, bem como de que maneira e em que condições tem sido produzidas e socializadas tais produções científicas. Assim, buscou-se priorizar na seleção, leitura flutuante e categorização das tendências e contribuições dos estudos os principais desafios das [re]formulações das políticas de educação superior e suas conexões com os cursos de licenciatura no Brasil.

### **Fundamentação teórica**

O momento histórico que vivemos atualmente, tem sido marcado por grandes e constantes mudanças de ordem social, tanto local quanto global, as quais obviamente impactam nas decisões a serem tomadas quando o assunto é educação, principalmente através das políticas econômicas e educacionais. Esses novos modos de pensar as relações humanas e sociais, perpassa sem dúvida pela preocupação com a formação dos cidadãos e que essa atenda minimamente a certos padrões de qualidade.

O processo de globalização do mundo moderno, influencia diretamente na elaboração das políticas públicas dos países subdesenvolvidos e emergentes, norteados por uma lógica internacional de desenvolvimento econômico e social, com influências diretas dos organismos multilaterais.

Nesse contexto, a universidade constitui-se um dos cenários de atuação dessas mudanças, e a metamorfose desse processo é denominada de *contextos emergentes da Educação Superior*. Morosini (2014), ao citar Ries (2013), destaca que esses contextos são “configurações em construção na educação superior observadas em sociedades contemporâneas e que convivem em tensão com concepções pré-existentes, refletoras de tendências históricas”, ou seja, um processo que apresenta novas demandas na educação superior, mas que enfrenta as concepções conservadoras tradicionalmente incorporadas nas universidades, que resistem em reconhecer essas novas necessidades sociais.

De modo geral, Morosini caracteriza os contextos emergentes, como um espaço de transição entre dois extremos. O primeiro, seria um modelo weberiano de educação tradicional, onde a universidade representa um espaço de geração de conhecimento para a sociedade e de reprodução cultural da nação, voltada ao bem social, na qual a ciência e a tecnologia estão orientadas para o desenvolvimento científico. No outro extremo, o modelo de educação superior neoliberal, associa a ideia de uma universidade orientada ao bem individual

e de realização pessoal, que atenda as demandas dos perfis estipulados pelo mercado de trabalho, centrada na transferência de tecnologia demandada pelo setor produtivo com uma gestão caracterizada pela eficiência e autofinanciamento.

Considerando o fato dos contextos serem emergentes, suas “emergências” surgem de acordo com as demandas de cada país, região e universidade. Desta forma, na América Latina os contextos são caracterizados principalmente por apresentar um Sistema de Educação Superior complexo, heterogêneo, segmentado socialmente e em constante expansão e interiorização, bem como, massificação da demanda social por educação superior e uma forte presença da internacionalização (Didriksson, 2012).

Já no Brasil, o contexto mais emergente evidenciado é o da expansão acelerada, além das políticas de diversificação e privatização, marcadas por tendências democratizantes, comandadas pela centralização estatal. Ainda dispomos de uma educação superior de elite, mas com novos formatos de Instituições de Ensino Superior, que vem sendo, aos poucos constituídas por novos docentes, discentes, currículos, pois as exigências da sociedade, do mercado e da globalização também são novas com relação à educação superior.

Com relação às questões de pesquisa que norteiam nosso estudo, elencamos basicamente quatro categorias que se destacam e inter-relacionam no estudo dos contextos emergentes da educação superior brasileira, são elas: Formação de professores, Expansão, Internacionalização e Diversidade.

Com relação a formação de professores, consideramos que essa ocorre em formato inicial, através dos cursos de licenciatura, e continuada por meio dos programas e cursos de capacitação. Esta categoria tem total relação com as demais, pois o processo de expansão, internacionalização e as questões sobre diversidade, sem dúvidas podem ser identificadas nestes cursos.

Sobre a Expansão, destaca-se dois aspectos, o geográfico e o acesso. Do ponto de vista geográfico, podemos observar a criação dos Multicampus de universidades já existentes e criação dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES), com o intuito de descentralizar e interiorizar o ensino superior. No âmbito da UFSM, por exemplo, encontram-se os novos polos criados em Frederico Westphalen (2007), Palmeira das Missões (2007), Silveira Martins (2009) e Cachoeira do Sul (2014). Essas extensões da maior universidade pública do interior do Rio Grande do Sul, tem sua origem basicamente a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), sendo este uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o qual reconhece o papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social do país.

Com relação a expansão de acesso, podemos observar o crescente número de vagas dos últimos anos, na modalidade à distância e o aumento das vagas presenciais, esta última, diretamente relacionada com a expansão geográfica das IES. Também reflete resultados a partir do REUNI, com implementação no período de 2008 a 2012.

A partir da década de 90 o cenário da internacionalização do ensino superior denota o cerceamento da globalização no ensino de graduação e pós-graduação. Surgem, concepções da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) acerca da “Educação no século XXI”, em que são repensadas e [re]articuladas questões como equidade e qualidade da educação no mundo, as missões e abrangência da universidade, concepção de educação superior promulgada pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Morosini (2005), coloca que o Brasil sofre diretamente essas influências, principalmente junto aos movimentos voltados para a estruturação de uma universidade pública e democrática.

A exemplo do que dimensiona Juliatto (2005), verifica-se a preocupação com a melhoria da qualidade da educação, considerando que nas últimas décadas no mundo inteiro está acontecendo um movimento de internacionalização na educação superior que, conseqüentemente, está envolvido com a [re]articulação da universidade nesse cenário entendendo-a como pilar para a formação e atuação profissional.

Nesse sentido, a Internacionalização tem abrangência ampla de cenários e aspectos que podem ser analisados. De imediato, associamos esta categoria com as mobilidades acadêmicas que ocorreram basicamente em nível de pós-graduação num primeiro momento, mas que ao longo dos anos, vem se percebendo um grande aumento nas vagas para intercâmbios em nível de graduação, subsidiadas com fomento de programas, a exemplo do Ciências sem Fronteiras. Com o Brasil, podemos destacar que as mobilidades, ocorrem principalmente entre países, PALOP, países africanos de língua portuguesa, e IBERO, Espanha e Portugal, além de ocorrerem no próprio território nacional, devido a riqueza cultural e diversa que temos num país continental, como o Brasil, possibilitando estudos voltados para o avanço da ciência entre regiões com características distintas.

Cabe destacar, conforme Morosini (2016), que a internacionalização sempre esteve acompanhando o conceito de universidade, sofrendo influências de diversos níveis.

De acordo com Lima, Azevedo e Catani (2008, p. 21): “Na história recente das políticas públicas no Brasil nota-se que as reformas, entre outras motivações, são bastante influenciadas pelo fundamento de política externa, isto é, por modelos estrangeiros, relatórios teóricos e por think tanks transnacionais”. Morosini (2014, p. 387) aponta que a Educação

Superior “[...] vive um momento singular no contexto sócio-histórico e econômico mundial”.

No Brasil, portanto, as políticas de formação docente têm buscado aderência às exigências mundiais e a formação inicial e continuada estão na centralidade dos processos que envolvem a profissionalização dos docentes. Tais políticas têm sido consideradas como requisito mínimo para a valorização docente.

A Educação Superior vem vivendo intenso e diversificado processo de [re]significação e, nesse sentido, “[...] a universidade *relevante* passa a ser aquela que assume uma perspectiva mais utilitarista, empreendedora, flexível e inovadora e que, além disso, forma para as competências requeridas e alteradas permanentemente pelo mercado de trabalho” (Ferreira; Oliveira, 2010, p. 52). Nessa conjuntura, os cursos de licenciatura são desafiados a compreender essa nova lógica mundial/nacional/local e oportunizar espaços de discussão, estudo e interação entre sujeitos, estudo de marcos legais e teóricos, estudo e análises conjunturais de indicadores e de fatores intervenientes a atuação docente na sociedade do conhecimento e que produz e é produzida por contextos emergentes.

### **O Estado do Conhecimento dos cursos de licenciatura: resultados em discussão**

No contexto da pesquisa, temos o *locus* do estudo centrado nos cursos de licenciatura. Sendo assim, se fez necessário que as categorias elencadas para a pesquisa do estado do conhecimento, estivessem alinhadas com questões relacionadas a constituição de políticas públicas voltadas para os cursos de formação de professores. Nesse sentido, justifica-se a escolha pelas palavras-chave, Formação de Professores, Expansão, Internacionalização e Diversidade.

Na tabela 1, podemos identificar o número de dissertações de mestrado e teses de doutorado, encontradas por categoria, de acordo com as pesquisas realizadas no banco de teses da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD do IBICT.

Tabela 1 - Número de Dissertações e Teses encontradas na pesquisa.

TESES	DISSERTAÇÕES	CATEGORIAS
7	14	Formação de Professores
16	12	Expansão
40	35	Internacionalização
21	75	Diversidade

Fonte: Banco de teses da CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD do IBICT.

A respeito dos trabalhos encontrados na categoria “formação de professores” procurou-se por aqueles que tem configuração emergente na perspectiva da formação em interconexão com os cursos de licenciatura. Identificou-se assim, a oferta de cursos de licenciatura a distância, a influência dos organismos multilaterais na [re]formulação de políticas de formação de professores, o desenvolvimento de programas de governo a exemplo do PIBID e a inclusão social, como principais temáticas.

Destaca-se que os trabalhos encontrados com temática relacionada a oferta de cursos de licenciatura a distância, apresentam discussões acerca do desenvolvimento profissional docente nesta modalidade, tanto sob a perspectiva dos formadores como sob o olhar dos estudantes. Apontam a evasão como uma dificuldade encontrada na formação inicial de professores, bem como, os desafios do ensino superior. Além disso, sinalizam a importância das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) articuladas com os estruturantes didáticos na educação a distância.

De modo geral, além de suas especificidades, as teses e dissertações com temáticas relacionadas a educação a distância, abordam como fator comum de sua argumentação, a inclusão digital no contexto da formação de professores. Esta é designada como uma ferramenta fundamental na perspectiva de [re]significar a estrutura curricular de cursos a distância, principalmente de licenciatura. A exemplo dos títulos: “Estágio supervisionado com uso de ambientes virtuais: possibilidades colaborativas” (Silva, 2013); “Metamorfozes de formadores de professores na educação em ciências modificando práticas na prática de formação docente a distância” (Pinheiro, 2012); e “Funcionamento e efetividade do laboratório virtual de ensino de matemática na formação de professores de matemática na modalidade EaD” (Cavalcanti, 2014).

A influência dos organismos multilaterais na [re]formulação de políticas de formação de professores, também foi identificada a partir do trabalho “Um caminho para a dança na educação física escolar: dinâmicas pautadas nos pilares básicos da educação/UNESCO” (Franco, 2015), o qual objetivou propor dinâmicas de dança para as aulas na Educação Física Escolar no Ensino Fundamental I, pautadas nos pilares da educação propostos pela UNESCO e nos elementos da dança para o âmbito escolar. A partir da investigação a respeito das facilidades, dificuldades, interesses e discussões sobre o assunto, produziu-se dados que foram analisados e que contribuiriam para a elaboração de uma apostila guia contendo dinâmicas de dança a serem aplicadas em escolas.

O desenvolvimento de programas de governo a exemplo do PIBID e a inclusão social, podem ser identificados a partir das produções intituladas “Educação para a cidadania e ensino superior” (Costa, 2011) e “A emergência do sujeito pedagógico surdo no espaço de convergência entre comunidade e escola de surdos” (Camatti, 2011). Resumidamente, tais produções destacam, respectivamente, os desafios e as potencialidades da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), de pautar sua ação política e pedagógica conforme as exigências da atual política educacional para esse nível de ensino, bem como, analisa a relação desta com a Educação Básica a partir do estudo do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais, discutindo a educação para a cidadania e a formação cidadã dos futuros professores da educação básica em consonância com a LDB n. 9.394/96, com as Diretrizes Curriculares Nacionais, para os cursos de licenciatura e políticas de orientação para a educação superior. E, ainda, investigar práticas delimitadas pelo espaço simbólico emergente, considerando-se a intersecção entre escola de surdos e comunidade, na perspectiva de compreender como se dá a produção do sujeito pedagógico surdo na convergência entre os espaços comunitário e escolar. Para tanto, foi considerado como contexto investigativo, três cidades do Rio Grande do Sul, sendo elas Caxias do Sul, Porto Alegre e Santa Maria, através de discussões com alunos e professores surdos partícipes da escola e também líderes da comunidade, ampliando a visibilidade adquirida pela escola de surdos, com a renitência de discursos que tomam a surdez como diferença linguística e cultural, a qual gera um cenário de permanente convergência entre comunidade e escola de surdos.

Com relação a palavra-chave “expansão”, o total dos trinta trabalhos selecionados apresentam aspectos relacionados à: implementação das políticas de expansão do Ensino Superior no contexto da reforma da Universidade, bem como as consequências que esta expansão trouxe; implantação de multicampis de estruturas diferenciadas; criação e ampliação de Institutos Tecnológicos; cursos e polos na modalidade a distância; criação de novas turmas no noturno e em regime especial, entre outras abordagens encontradas. Além disso, se verificou que os trabalhos discutem as contribuições do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) no Brasil quanto a acelerada expansão das matrículas nos cursos de graduação em licenciatura plena.

Como relação ao que sinalizam as produções quanto a implantação de multicampis de estruturas diferenciadas, a criação e ampliação de Institutos Tecnológicos criados a partir de uma iniciativa do Governo brasileiro, através do Plano de Expansão que criou e implantou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) em todo o território nacional, destaca-se o trabalho intitulado “A expansão das licenciaturas no Instituto Federal de



Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: percursos e características”, produzido por Lima (2015), justamente, porque nele encontra-se análise detalhada acerca do crescimento dos Institutos Tecnológicos no Brasil, a partir da inter-relação entre políticas públicas e a criação dos Institutos Federais.

Também, nos trabalhos evidenciados, encontrou-se que a expansão dos cursos de Formação de Professores a Distância, com a formação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) trouxe novos elementos para o cenário acadêmico, entre cursos e polos na modalidade a distância. Foram encontradas produções acerca desta modalidade, as quais visam compreender como alunos e estagiários interpretam suas experiências docentes ocorridas no decorrer do curso, tendo em vista a formação acadêmica no curso de licenciatura na modalidade à distância, a exemplo da dissertação de mestrado intitulada “Formação de professores de Educação Física na modalidade de educação à distância”, produzida por Quaranta (2011).

Outros textos merecem destaque, mas nesta produção apenas sinaliza-se que abordam a elaboração de cursos no noturno e em regime especial e que a partir do advento do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), no Brasil, houve uma revisão estrutural e acadêmica dos cursos de graduação, a fim de torná-los mais flexíveis, promovendo a diversificação das modalidades e, desta forma, ampliar o acesso ao ensino superior público, prioritariamente em cursos noturnos e licenciaturas.

A “internacionalização” em suas conexões com os contextos emergentes nos cursos de licenciatura, está presente nos trabalhos que discutem políticas de intercâmbio e mobilidade acadêmica na graduação, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), o Programa Ciência sem Fronteira em sua abrangência e decorrências, a formação de redes de pesquisa intercontinentais e/ou regionais, a integração regional e as relações entre países e Instituições de Ensino Superior (IES) na perspectiva da produção do conhecimento compartilhado.

Em geral, os trabalhos encontrados sobre “internacionalização” discutem sobre a importância e a perspectiva da produção do conhecimento compartilhado, e de como esse processo é relevante para a formação dos pesquisadores que se inserem em programas e formação de redes de pesquisa para adquirir e trocar conhecimentos. Além disso, encontrou-se estudos comparados entre Brasil e demais países, em especial com o olhar no hemisfério sul do planeta em que, em sua maioria, tem o foco na mobilidade acadêmica ou ações de intercâmbio; todos demonstrando que a internacionalização contribui, sobretudo, com o conhecimento e aprimoramento de línguas estrangeiras, bem como para vivências pessoais e

interculturais. Em algumas das pesquisas encontradas foram analisadas as diretrizes internacionais e nacionais, com a tabulação de dados que se refere a mobilidade e foi possível perceber as diretrizes internacionais e nacionais a partir dos relatos realizados por alunos e orientadores das contribuições adquiridas por meio da mobilidade estudantil para o exterior.

A maior categoria pelo número de trabalhos encontrados, intitulada “diversidade e/ou diversificação”, é referente aos trabalhos com temáticas direcionadas à ações de acesso e permanência, expansão e democratização do acesso, ação afirmativa, sistema de cotas, questão étnico-racial, indígenas, mulheres, pessoas com deficiência, bolsas assistenciais, direitos humanos, camadas sociais subalternizadas, desigualdades educacionais, universalização, direito de igualdade, interculturalidade, educação popular, novíssimos movimentos sociais, bullying, Prouni, políticas sociais, acessibilidade, Educação de Jovens e Adultos, educação inclusiva, Tecnologias da Informação e Comunicação.

Sobre as políticas de permanência evidenciou-se que é crescente o número de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas universidades. A assistência estudantil é um campo em disputa que, por um lado, se tem a defesa de bolsas e auxílios para estudantes em situação socioeconômica vulnerável e, por outro, a luta do movimento estudantil em busca de políticas de permanência de caráter universal. As atuais políticas de assistência estudantil da Universidade no Brasil, ainda, tem necessidade de se reestruturar visando garantir os direitos de uma permanência sustentável a todos os estudantes.

Verificou-se que as produções que abordam as políticas de acesso sinalizam que estas cumprem um papel primordial, mas elas se fragilizam após o ingresso do estudante na universidade, na medida em que os mesmos passam a deixar de frequentar o curso superior. Nesse sentido, as políticas de acesso precisam ser concebidas e apoiadas por políticas de permanência, ou seja, investir no fortalecimento de distribuição de bolsas, que aumentam consideravelmente as chances de permanência e conclusão da graduação.

Algumas produções destacaram que a realização de atividades de iniciação científica e de trabalho oferecidas pelos cursos de graduação e pós-graduação, podem ter um impacto positivo maior do que a origem social sobre as chances de permanência, diplomação e, posteriormente, de entrada no mercado de trabalho. Por meio dessa permanência, os/as beneficiários/as podem estabelecer uma relação diferenciada com a sua formação ao longo do seu percurso acadêmico e diante das necessidades que se apresentam enquanto pertencentes as camadas sociais subalternizadas. Sendo assim, a ausência de políticas de permanência, pode colaborar para os altos índices de evasão, de retenção e o baixo índice de concluintes.

Os trabalhos encontrados sugerem que as políticas de universalização do acesso e de inclusão no ensino superior de estudantes, provenientes, em sua maioria, de extratos socioeconômicos médio-baixos, venham acompanhadas de políticas de permanência voltadas à ampliação da oferta de oportunidades de realização de atividades remuneradas de pesquisa, estágio e extensão na própria área do curso, bem como na instituição de políticas de apoio e de acompanhamento aos estudantes.

Outra evidência nas produções se refere as políticas afirmativas, entre elas as cotas. Para o desenvolvimento das políticas afirmativas no ensino superior voltadas para os indígenas, é preciso contemplar as perspectivas de intelectuais indígenas e não indígenas aos termos a participação política dos povos indígenas na construção dos cursos de leitura e escrita acadêmica focalizados.

Também, as pressões dos movimentos sociais brasileiros nacionais e regionais tem grande impacto na adoção das cotas raciais nas universidades a partir da aprovação da lei 12.711/12. Os núcleos e os movimentos sociais internos colaboram para que as Ações Afirmativas se efetivem nas IES. Porém, verificou-se que há falta de politização nos argumentos trazidos pelos estudantes para explicar o que é ser negro e ser cotista; esse embate traz consigo a necessidade de discutir coletivamente no âmbito interno e externo à comunidade acadêmica sobre o preconceito racial, as dificuldades de manter-se no ensino superior, a necessidade de conciliar trabalho e estudo devido aos gastos com moradia, alimentação e transporte, a falta de apoio pedagógico e a insuficiência de bolsas. Em algumas IES a questão do reconhecimento é abordada de forma superficial pela instituição, não sendo levadas em conta as particularidades e individualidades dos sujeitos que a integram. Esses fatores refletem de forma negativa na formação dos futuros professores, pois a falta de reconhecimento tem influência na construção da identidade e auto realização do profissional docente da área.

Existem alguns fatores que dificultam, ou até impedem, o acesso ao nível superior, como o analfabetismo, a situação socioeconômica, a relação idade versus nível escolar e a frequência e qualidade do Ensino Médio. Como forma de aumentar o número de jovens na Educação Superior, algumas políticas de acesso, dentre outras políticas, temos o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudos à estudantes de baixa renda, e o programa de Cotas universidades, como política afirmativa para a inclusão por etnia.

Também, a modalidade a distância é evidente nesta categoria de análise e, neste sentido, identificou-se que, de acordo com as discussões nos textos selecionados, não se

constitui por si mesma numa ferramenta de redistribuição e justiça social, mas pode ser facilitadora nos processos de inclusão no ensino superior.

Nesta perspectiva, na prática, as IES têm utilizado a EaD como estratégia de acesso e acessibilidade que, por exemplo, se traduz na organização de iniciativas de produção de recursos pedagógicos adaptados, ainda que seja em pequena escala, para o acompanhamento da trajetória de formação e da aprendizagem dos alunos com deficiências, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados em algumas universidades. Portanto, é necessário estabelecer uma maior sinergia entre as políticas públicas educacionais, os centros de formação inicial e continuada de professores do ensino superior e as IES.

Como indicadores de qualidade e inclusão, fundamentais para potencializar a educação a distância, encontrou-se nos textos selecionados: credibilidade na educação a distância; inclusão no acesso e uso das TICs; dedicação e potencialização da leitura; melhoria do desempenho na produção textual. A aprendizagem ultrapassa a distância temporal ou espacial, quando há recursos e tecnologias, na perspectiva de eliminar a distância ou construir interações diferentes das presenciais. Desse modo, segundo as produções científicas, é possível trabalhar com uma educação a distância de qualidade, efetivando a aprendizagem e fomentando o acesso ao conhecimento. Entretanto, alguns processos interativos docentes demonstram uma concepção de interação limitada às ações de tirar dúvidas e dar respostas pelo tutor.

A ideia é de que essa abordagem de ensino e aprendizagem conte com uma tutoria presente e comprometida com a interação colaborativa, mediação e interação numa perspectiva dialética, no sentido da interação pedagógica. Encontrou-se como proposições de qualificação desses processos, a interação na formação pedagógica, que privilegie os princípios da ação comunicativa dialética, numa abordagem histórico-cultural e social, e contribua para o processo de apropriação do conhecimento pelos estudantes para que esses possam atuar de modo crítico e compartilhado visando ao seu desenvolvimento e aprendizagem.

Apesar dos problemas, a modalidade da EaD obtém êxito perante a comunidade, principalmente para as mulheres, que se apresentam como sendo a maioria nessa modalidade. O diploma adquirido pelos egressos é visto como uma conquista pessoal, sinal de reconhecimento vinculado à sua própria capacidade e dedicação, sendo um objeto de culto. A educação a distância contribui para a melhoria da qualidade de vida dos acadêmicos. Por qualidade de vida compreende-se: aumento da autoestima, motivação, mudança na configuração familiar; melhoria da escolaridade familiar de 04 anos para 16 anos de estudo;

melhoria na área profissional com novos empregos e melhor remuneração; melhoria no rendimento escolar dos filhos; novos relacionamentos de amizade; participação social; outra visão da vida; maneira de agir; de se expressar; sentimento de capacidade; de responsabilidade; mais conhecimento e atitude de esperança em relação ao futuro.

Ficou pontual na maioria dos textos selecionados que EaD, enquanto política pública educacional, vem contribuindo no Brasil para o acesso ao Ensino Superior das pessoas que vivem em lugares distantes dos grandes centros e para a capacitação de professores da Educação Básica. O conceito de inclusão digital supera o acesso às tecnologias e está relacionado ao empoderamento do sujeito para a transformação da sua realidade e, a educação a distância, tem o potencial de oportunizar aos seus educandos a apropriação das tecnologias digitais de rede e, por conseguinte, a vivência de processos de inclusão digital.

Além dos elementos já sinalizados, existem Representações Sociais, diferentes entre alunos que fazem curso presencial e tem disciplinas *on-line*; alunos que não tem disciplina *on-line* e os alunos da EaD. No entanto, as Representações Sociais acerca do tempo, flexibilidade, descaso, esforço, autonomia, dedicação, oportunidade e tecnologia são comuns a todos. Ou seja, as aprendizagens nessa modalidade podem ser tão significativas e eficazes quanto na presencial se os estudantes adotarem uma postura de comprometimento, interesse, organização e disciplina.

Alguns fatores podem contribuir para a evasão nos cursos a Distância: os motivos pessoais (como problemas de trabalho), motivos particulares, o desconhecimento das tecnologias, dificuldades de conciliar o trabalho com os estudos e com a família, a falta de tempo, fatores que estão intrínsecos nos problemas particulares. A ambientação, a familiarização com os espaços encontrados e o planejamento do tempo que será dedicado ao curso são desafios que a instituição deve estar preparada para enfrentar no início do percurso dos estudos, a fim de que os/as alunos/as sintam-se motivados para a sua formação.

### **Considerações finais**

Verificou-se que os contextos emergentes na perspectiva da internacionalização constituem-se desafios às IES e que a mobilidade acadêmica (discente e docente), na maioria dos trabalhos encontrados, ainda se mantém com uma forte característica nos movimentos de internacionalização, justamente porque, segundo os pesquisadores, potencializa a interlocução entre instituições, entre múltiplas culturas e a produção de conhecimento entre os países e grupos de pesquisa.

Nos textos analisados, a terminologia “contextos emergentes” ainda é pouco discutida, o que demanda maior aprofundamento nos estudos conceituais e inter-relações com elementos que caracterizam tais cenários na educação superior.

Percebeu-se que os contextos emergentes voltados à formação de professores, em interlocução com os cursos de licenciatura, estão intimamente relacionados a elementos que interferem na produção de políticas educacionais, bem como são decorrentes de tais políticas e se descortinam em ações de governo e/ou institucionais a exemplo de cursos EaD e programas de governo mediatizados na dinamização curricular interna dos respectivos cursos; além disso é pontual a ampliação da interdependência entre educação básica e superior.

Conclui-se que a universidade é o ponto de encontro da diversidade, e sendo um espaço diversificado e permeado por lutas pelo reconhecimento e pela valorização de todos os sujeitos. Precisa, com base na educação voltada para a democracia e a cidadania, promover políticas públicas de acesso e permanência a participação de todos/as independente de sua faixa etária, identidade de gênero, orientação sexual; origem étnico-racial, de suas condições econômicas, sociais, físicas e culturais.

Já, os resultados quanto a expansão da Educação Superior e os cursos de licenciatura, em sua importância e impacto por si só caracteriza-se como um contexto emergente. Entretanto, tal fenômeno evidencia-se em suas especificidades pela [re]articulação de espaços, tempos e metodologias administrativo-pedagógicas para as Instituições de Ensino Superior, bem como meios de acesso e permanência nos cursos de licenciatura devido expansão das unidades, vagas e cursos, assim como a diversificação do ensino pela modalidade a distância que vem se destacando com a finalidade de promover a democratização do ensino.

Conclui-se que a formação inicial de professores, se bem articulada e subsidiada por processos formativos ancorados em desafios, interconectados a contextos emergentes, potencializa ao profissional da educação avançar no seu aperfeiçoamento e consequente desenvolvimento profissional.

Nesta lógica, não se pode e não se quer que as políticas públicas voltadas à formação de professores no Brasil sejam conotação de processos formativos aligeirados, desarticulados e sem a real e necessária construção de conhecimentos, compreensão dos saberes e experientiação dos fazeres da profissão docente. Daí a importância de as políticas e processos formativos de educação superior, mediatizados pelos cursos de licenciatura, atendam as reais demandas da internacionalização, da expansão, da diversidade e diversificação na e da universidade, especialmente na perspectiva de transcender aos espaços de [re]produção de programas e ações de governo sem o devido conhecimento das condições, conexões e

implicações de tais processos formativos. Também não se espera que tais políticas estejam fundadas em somente um menu variado de programas de governo e executadas sem a compreensão pelos gestores e professores de tais ideologias e arqueologias político-pedagógicas para a formação e atuação docente na atualidade.

## Referências

Azevedo, M. N.; Catani, A. M. *Educação superior, internacionalização e circulação de ideias: ajustando os termos e desfazendo mitos*. INTER-AÇÃO. p. 273-291. Goiânia: UFG, v. 38, n. 2, 2013.

BDTD. *Biblioteca Digital de Teses e dissertações*. URL: <<http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/biblioteca-digital-Brasileira-de-teses-e-dissertacoes-bdtd>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

Camatti, L. *A emergência do sujeito pedagógico surdo no espaço de convergência entre comunidade e escola de surdos*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2011.

Cavalcanti, L. B. *Funcionamento e efetividade do laboratório virtual de ensino de matemática na formação de professores de matemática na modalidade EaD*. Tese de Doutorado. Universidade de Campinas (UNICAMP), 2014.

Costa, A. M. M. *Educação para a cidadania e ensino superior*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2011.

Didriksson, A. (Coord.) *Universidad, responsabilidad social y bien publico: el debate desde América Latina*. Mexico: Universidad de Guadalajara, 2012. p.123-151.

Ferreira, S.; Oliveira, J. F. *As reformas da educação superior no Brasil e na união europeia e os novos papéis das universidades públicas*. Nuances: estudos sobre Educação. p. 50-67, jan./dez. v. 17, n. 18, 2010.

Ferreira, Norma Sandra de Almeida. *As pesquisas denominadas “estado da arte”*. Revista Educação & Sociedade, Campinas, n. 79, p. 257-272, 2002.

Franco, L. I. A. *Um caminho para a dança na educação física escolar: dinâmicas pautadas nos pilares básicos da educação/UNESCO*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), 2015.

Juliatto, C. I. *A Universidade em busca da excelência: um estatuto sobre a qualidade da educação*. 2.ed. Curitiba: Chapagnat: Goiânia: Ed. Da UCG, 2005.

Lima, L. C.; Azevedo, M. N.; Catani, A. M. *O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a universidade nova*. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, p. 7-36, v. 13, n. 1, mar. 2008.

Morosini, M. C. *A universidade nos contextos emergentes: os modelos e papéis*. In: Educação Superior e contextos emergentes. FRANCO, M. E. D. P; ZITKOSKI, J. J.; FRANCO, S. R. K. (Org). Porto Alegre, EDIPUCRS, 2016.

Morosini, M. C. *Estado de conhecimento e questões do campo científico*. Revista da Educação. Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116, jan. /abr. 2015.

Morosini, M. C. O Ensino Superior no Brasil. In.: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Vol. III: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 296-323.

Morosini, M. C. *Qualidade da Educação Superior e contextos emergentes*. Revista de Avaliação. Campinas; Sorocaba -SP, v.19, n.2, p. 385-405, jul.2014.

Pinheiro, J. C. *Metamorfoses de formadores de professores na educação em ciências modificando práticas na prática de formação docente a distância*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará (UFPA), 2012.

RIES - REDE SULBRASILEIRA DE INVESTIGADORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. EDUCAÇÃO SUPERIOR E CONTEXTOS EMERGENTES. Projeto de Pesquisa. Porto Alegre: Rede Sulbrasileira de Investigadores da Educação Superior, 2013.

Silva, L. de O. *Estágio supervisionado com uso de ambientes virtuais: possibilidades colaborativas*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2013. UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <<http://site.ufsm.br/>>.